



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Direito

Unidade curricular

Teoria Geral do Direito Civil I

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof. Doutor António Menezes Cordeiro

Prof. Doutora Maria Raquel Rei (2 subturmas)

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Mestre Diogo Bártolo (2 subturmas)

Dr. Pedro Afonso Martinez (3 subturmas)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Aquisição de conhecimentos relativamente aos conteúdos programáticos;

Capacidade de identificação, enquadramento e resolução de casos práticos relativos às matérias ministradas.

Conteúdos programáticos

(Para comodidade dos estudantes, a ordenação do programa é feita de acordo com a ordenação do manual recomendado)

I PESSOAS

CAPÍTULO I - A PESSOA NO DIREITO CIVIL

§ 1º Ser humano e pessoa

CAPÍTULO II - O DIREITO DE PERSONALIDADE

Secção I - Desenvolvimento e âmbito

§ 2º Origem e evolução

§ 3º A experiência lusófona

§ 4º A jurisprudência portuguesa

Secção II - Doutrina geral

§ 5º Construção dogmática

§ 6º Características dos direitos de personalidade

§ 7º Modalidades e regime geral

Secção III - As figuras afins

§ 8º O problema das figuras afins; os direitos do homem

§ 9º Os direitos fundamentais

§ 10º Direitos e liberdades fundamentais no Direito europeu

Secção IV - Os direitos de personalidade em especial

§ 11º O direito à vida e à integridade física

§ 12º O direito à integridade moral, ao bom nome e à reputação

§ 13º O direito ao nome

§ 14º As cartas-missivas confidenciais

§ 15º O direito à imagem



§ 16º O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada

Secção V – Direito ao nome (excurso):

Direito nobiliárquico português (breve exposição)

§ 17º O regime tradicional português dos títulos nobiliárquicos

§ 18º Os títulos nobiliárquicos nos regimes republicanos

§ 19º Os títulos nobiliárquicos no Direito civil português vigente

§ 20º Os títulos nobiliárquicos e a questão constitucional de 2007

CAPÍTULO III – PESSOAS SINGULARES

Secção I – O início da personalidade

§ 21º O problema da tutela pré-natal

§ 22º A tutela civil do nascituro

§ 23º Aquisição de personalidade e de capacidade

Secção II – Elementos dos estados das pessoas

§ 24º Estados e registo

§ 25º O registo civil

§ 26º A identidade

§ 27º O sexo

§ 28º Domicílio

§ 29º Ausência e morte presumida

Secção III – Os menores

§ 30º A situação dos menores

§ 31º A proteção dos menores

Secção IV – Os maiores com necessidades especiais

§ 32º Necessidades especiais: nota histórico-comparatística

§ 33º Direito internacional e Direito europeu

§ 34º Origem e evolução do Direito português

§ 35º A reforma de 2018

§ 36º O acompanhamento

Secção V – O termo da personalidade

§ 37º A morte

§ 38º As consequências da morte

§ 39º A tutela *post mortem*

CAPÍTULO IV – PESSOAS COLETIVAS EM GERAL

Secção I – A personalidade coletiva

§ 40º Terminologia e origens

§ 41º O pensamento de Savigny

§ 42º Doutrinas tradicionais

§ 43º Tendências recentes e posição adotada

Secção II – Pessoas rudimentares e figuras afins

§ 44º As pessoas coletivas rudimentares

§ 45º Figuras afins

Secção III – Classificações de pessoas coletivas

§ 46º Critérios de classificação

§ 47º Tipologia de pessoas coletivas privadas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Secção IV – Dogmática básica

- § 48º Sistema de fontes
- § 49º Elementos essenciais
- § 50º Organização e funcionamento
- § 51º A capacidade e a atuação
- § 52º A formação; aquisição de personalidade
- § 53º As vicissitudes

Secção V – O levantamento da personalidade coletiva

- § 54º Origens e evolução do levantamento da personalidade
- § 55º Situações típicas de levantamento
- § 56º As teorias do levantamento
- § 57º Importância prática em Portugal e posição adotada

CAPÍTULO V – PESSOAS COLETIVAS EM ESPECIAL

Secção I – Associações

- § 58º Características gerais e constituição das associações
- § 59º A posição dos associados
- § 60º A assembleia geral das associações
- § 61º A administração e o conselho fiscal das associações
- § 62º A modificação e a extinção das associações
- § 63º Associações dotadas de regimes especiais

Secção II – Fundações

- § 64º Coordenadas históricas e comparatísticas
- § 65º Direito europeu
- § 66º Características gerais e instituição das fundações
- § 67º Funcionamento, modificação e extinção das fundações

Secção III – Associações sem personalidade jurídica e comissões especiais

- § 68º Associações sem personalidade jurídica (ASP)
- § 69º Comissões especiais

Secção IV – Sociedades civis puras

- § 70º A evolução geral das sociedades civis
- § 71º As sociedades civis puras no Direito português
- § 72º A eventual reforma

II COISAS

CAPÍTULO I – A IDEIA DE COISA NA CIÊNCIA DO DIREITO

- § 1º A tradição greco-romana
- § 2º O *Ius Commune*
- § 3º As codificações
- § 4º A experiência lusófona
- § 5º Noção e papel

CAPÍTULO II – AS COISAS E O ÂMBITO DO DIREITO CIVIL

- § 6º Das *res extra commercium* ao domínio público
- § 7º A evolução lusófona
- § 8º A teoria do domínio público
- § 9º Domínios públicos em especial



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- § 10º Património cultural e artístico
- § 11º Os baldios

CAPÍTULO III – MODALIDADES DE COISAS

- § 12º Classificações; coisas corpóreas e incorpóreas
- § 13º Os imóveis; prédios, águas e partes integrantes
- § 14º Os móveis
- § 15º A eletricidade
- § 16º Coisas fungíveis, consumíveis e deterioráveis
- § 17º Coisas divisíveis, futuras e principais
- § 18º Coisas simples e compostas
- § 19º Coisas acessórias, frutos e benfeitorias

CAPÍTULO IV – Património e empresa

- § 20º Teoria do património
- § 21º Teoria da empresa

CAPÍTULO V – OS ANIMAIS

- § 22º A justificação da tutela
- § 23º A proteção jurídica
- § 24º O estatuto jurídico dos animais de 2017
- § 25º Anomalias ibéricas: touradas e tiro aos pombos

III – EXERCÍCIO JURÍDICO

CAPÍTULO I – SISTEMA GERAL E LEGITIMIDADE

- § 1º Exercício jurídico
- § 2º A legitimidade
- § 3º A legitimação: evolução geral
- § 4º As modalidades de legitimação
- § 5º A natureza da legitimação

CAPÍTULO II – A REPRESENTAÇÃO

SECÇÃO I – GENERALIDADES E EVOLUÇÃO

- § 6º Ideia geral e Direito romano
- § 7º Os grandes sistemas: napoleónico e germânico
- § 8º Natureza e construção gerais

SECÇÃO II – O SISTEMA LUSÓFONO DA REPRESENTAÇÃO

- § 9º A evolução do sistema lusófono
- § 10º O mandato
- § 11º Requisitos, modalidades e figuras semelhantes

SECÇÃO III – O REGIME DA REPRESENTAÇÃO

- § 12º Princípios gerais
- § 13º A procuração e o negócio-base
- § 14º A tutela de terceiros



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

§ 15º Representação sem poderes e abuso de representação

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos percorrem as várias matérias que integram a Teoria geral do Direito civil e a articulação entre as aulas teóricas e as aulas práticas permite alcançar os objetivos propostos.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Exposição das matérias durante as aulas teóricas; resolução de casos práticos e esclarecimento de dúvidas ou dificuldades durante as aulas práticas.

A avaliação, no sistema de avaliação contínua, inclui a realização de um exercício escrito cuja nota é ponderada em 30% na nota final de avaliação contínua. É pressuposto necessário da nota de avaliação contínua, na componente prevista no art. 15.º, n.º 1, al. b) do Regulamento de Avaliação, além da assiduidade prevista no art. 14.º do mencionado Regulamento, a participação oral positiva ao longo do semestre.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A exposição teórica da matéria permite aos alunos uma abordagem dos problemas jurídicos a aprofundar e as aulas práticas possibilitam o treino na resolução de casos práticos, bem como o esclarecimento das dúvidas.

O peso diminuto do exercício escrito e a necessidade de participação oral positiva constituem um estímulo a que os estudantes trabalhem durante todo o semestre, espelhando, portanto, a avaliação *contínua* um trabalho *contínuo*.

Esta metodologia é fundamental para a interiorização dos conteúdos de modo a que o estudante, além do conhecimento meramente teórico fique apto a *aplicar* o Direito, resolvendo casos concretos.

Bibliografia principal

ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO – *Tratado de Direito Civil*, Almedina, Coimbra, vol. IV (2019^{5 ed.}), III (2019^{4 ed.}), V (2018^{3.ª ed.}).

– outra bibliografia, nacional e estrangeira, pode ser encontrada na obra referida.